

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
RELATO DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA TÉCNICA DE MUDANÇA DO CLIMA

Data: 25 de novembro de 2021

Horário: a partir das 14h30

Local: Reunião realizada por vídeo conferência, em virtude do Decreto Distrital nº 40.546, de 20 de março de 2020

Estiveram presentes à reunião os seguintes membros da CT

Secretaria de Meio Ambiente – SEMA

- MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA, PRESIDENTE DA CT
- ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO

Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI

- MAC LEONARDO SOUTO
- JOELMA GUEDES

Secretaria de Transporte e Mobilidade – SEMOB

- BRUNO TERRA

Federação da Agricultura e Pecuária – FAPE

- NATÁLIA CRISTINA CHAGAS MENDES TEIXEIRA

Universidade de Brasília

- LUCIJANE MONTEIRO

Como convidado: JULIO CESAR BAENA (MDIC/MMA), OTÁVIO (MAPA), FERNANDA SAMPAIO (MAPA) e JOSÉ MIGUEZ (UnB).

Pela Secretaria de Meio Ambiente participaram: LEONEL GENEROSO, THIAGO MENDES e MARICLEIDE MAIA.

1. Planos setoriais, visando implementar ações de mitigação e de adaptação para reduzir as emissões de gases de efeito estufa no Distrito Federal.

A Presidente passou a palavra para o consultor Júlio para que fizesse um breve resumo sobre os setores de agricultura e mobilidade urbana com vistas as estratégias de elaboração dos planos de ações setoriais de mitigação e adaptação das emissões de GEE no DF.

O Júlio informou que na última reunião da Câmara Técnica de Clima iniciou-se uma discussão sobre o roteiro para elaboração dos planos setoriais. Foram selecionados quatro setores para começar a elaboração desses planos setoriais: mobilidade urbana, agricultura, uso do solo e resíduos. Desses quatro setores, priorizou os planos de agricultura e mobilidade urbana. Explicou que a ideia é fazer um levantamento das ações de impactos que constam no plano de mitigação e adaptação para poder elaborar eventuais projetos.

A Presidente disse que a ideia é fazer um detalhamento de cada um dos planos setoriais.

O Júlio ressaltou a importância de buscar o maior número de informações para poder ajudar as instituições a fazerem os seus planos de ações setoriais. Com base na identificação dos principais desafios se pode obter o material que dará o apoio necessário para a elaboração dos planos setoriais.

A Presidente passou a palavra para a consultora Fernanda, do Ministério da agricultura, para comentar sobre o plano ABC.

A Fernanda informou que, por parte do Ministério da Agricultura, foram lançadas as metas e a revisão do plano setorial, após dez anos do plano ABC. Na revisão, disse que foram incluídas novas tecnologias e novos conceitos. Para a nova fase dos Estados, explicou que terão que fazer o processo de revisão dos seus planos setoriais na agricultura. Destacou que o plano ABC traz as estratégias de mitigação e adaptação para agropecuária porque traz tanto as resiliências no sistema agropecuário como a redução das emissões de GEE. Na nova versão do plano, disse que foi incluída a Abordagem Integrada da Paisagem – AIP que é o esforço ao incentivo a regularização ambiental e a adoção de tecnologias nas áreas com aptidão agrícola. Ressaltou que a grande dificuldade foi a ausência de registros das ações feitas pelos Estados. Disse que o Ministério da Agricultura está elaborando uma plataforma de diálogo direto com os gestores Estaduais para que eles possam mandar as suas ações. Sobre o plano ABC+, informou que foram incorporadas novas tecnologias após discussões com os pesquisadores da área. Essas novas tecnologias ajudaram na recuperação de pastagem degradada, introdução das práticas de manejo em áreas degradadas, tratamento de resíduos da produção animal, terminação intensiva de pastos, sistema de irrigação eficiente, entre outras. Disse que foi realizada audiência pública para receber contribuições da sociedade. Dentre as contribuições sugeridas, citou a agricultura familiar como sendo o assunto mais comentado. Ressaltou que o Ministério da Agricultura está à disposição para ajudar na transformação da agropecuária no DF.

A Presidente reforçou a importância da abordagem integrada da paisagem e informou que uma das estratégias dentro do setor de uso do solo e floresta é a implementação do código florestal dentro do DF. Outra questão, informou a dificuldade que os Estados estão na questão da validação do Cadastro Ambiental Rural – CAR, onde já houve a inscrição. Passou a palavra para o consultor Otávio para explicar sobre o ABC no DF.

O Otávio informou que a principal missão foi identificar em que cenário o DF se encontra para a inclusão do plano ABC. Disse que o plano foi inaugurado em 2012 e aplicado em 2014. Em 2014, informou que foi criado um grupo gestor do plano ABC com dezessete instituições para implementar e difundir tecnologias. Ao todo do plano foram planejadas cinquenta e nove ações. A partir disso, entrou em contato com as instituições para obter as informações das atividades e metas estabelecidas. Informou que as ações, que englobam as tecnologias do plano ABC, foram a recuperação de pastagem degradada, integração da lavoura-agropecuária-floresta, sistema de plantio direto, fixação biológica de nitrogênio, florestas plantadas, tratamento de dejetos animais e adaptações a mudanças climáticas. Destacou que o DF tem uma grande quantidade de profissionais e especialistas nessa área e que a geografia da região favorece a implementação de novas tecnologias. Explicou que as ações estavam voltadas para o processo de capacitação, focada na transferência de tecnologia e a pesquisa. Disse que essa tecnologia vem se tornando cada vez mais importante não só em termos da sustentabilidade, mas também para a rentabilidade da produção. Quando iniciou o processo de consulta, comentou que teve dificuldade na questão da memória institucional. Verificou, ao longo do processo do plano ABC, dificuldade de se obter informações, dados atualizados e históricos das instituições. Citou as alterações estruturais, como a mudança de gestores das instituições, um dos fatores que contribuíram para esse problema. Outro fator de dificuldade foram as reuniões virtuais onde foi complicado remobilizar as instituições. Comentou que a partir do ano de 2018, a coordenação feita pela SEAGRI para o plano ABC do DF deixou de existir,

paralisando as ações desde então. Por conta dessa desatualização, ressaltou a importância que o grupo se reúna novamente.

O Mac Souto reforçou os dizeres do consultor Otávio em que o problema do plano ABC no DF foi a falta de continuidade, no sentido do armazenamento e repasse das informações. Disse que o grupo era formado por dezessete instituições e tiveram diversas reuniões e capacitações. Informou que em 2014 foi publicado um decreto em que a SEAGRI iria coordenar o plano ABC no DF. Disse que houve um período de paralisação das atividades onde não se pode fazer um levantamento do histórico. Reiterou a importância de dar continuidade ao grupo e que a Secretaria de Agricultura tem o interesse de dar prosseguimento ao plano ABC do DF.

A Presidente ressaltou que o importante foi que as ações aconteceram e não ficaram paralisadas. Concordou com a coordenação da SEAGRI nesse processo e perguntou se a secretaria tem alguma previsão de início das atividades.

O Mac Souto disse que não há uma publicação formal desse acompanhamento geral do plano ABC. Informou que foi feito uma avaliação daquilo que já foi feito. Disse que algumas ações não foram realizadas devido à falta de recurso financeiro e sugeriu discutir as proposições do plano ABC+ junto com os atores do DF nessa questão que envolve recurso.

A Fernanda comentou que o Ministério da Agricultura está à disposição para discutir o plano ABC+ e para disponibilizar o material feito pelo consultor Otávio a respeito do DF.

A Presidente comentou que, como já tem as orientações do ABC+, vai se reunir com os entes do grupo gestor para discutir a implementação do plano no DF.

A Natália concordou com a importância da implementação do plano no DF e que a Federação da Agricultura e Pecuária está à disposição para colaborar.

O Thiago comentou que seria importante que a SEAGRI e o Ministério da Agricultura apresentassem as sugestões de atividades de adaptação na área rural já que o setor agropecuário é diretamente afetado pelos eventos climáticos extremos.

O Otávio citou algumas ações que estavam previstas no plano sobre adaptação: educação sobre mudanças climáticas através de cursos, mapeamento das áreas de vulnerabilidade, pesquisa de vulnerabilidade do sistema produtivo, incentivo a adoção do seguro rural, transferência de tecnologia, eficiência energética e o inventário de emissão dos GEE.

A Presidente agradeceu a participação dos consultores e passou para o segundo item de pauta que é transporte e mobilidade urbana.

O Bruno comentou que o maior desafio da mobilidade é justamente equilibrar os deslocamentos de cada modalidade. Informou que no DF a metade dos deslocamentos são feitos por automóveis que são os maiores contribuintes na questão das emissões de GEE. Citou alguns projetos da secretaria para reduzir o impacto das emissões de GEE: o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade do Distrito Federal – PDTU/DF para melhorar o transporte coletivo, expansão do metrô, criação do Veículo Leve sobre Trilhos – VLT, ampliação do BRT e uso de transporte não motorizado.

A Presidente sugeriu uma reunião com os representantes da SEMOB para discutir essas questões das emissões de GEE.

O Bruno comentou que falta detalhamento sobre o que cada categoria de mobilidade causa de impacto com relação as emissões de GEE.

O Miguez disse é possível calcular apenas teria que verificar com o DETRAN os dados mais desagregados sobre o consumo de cada veículo. Informou que as grandes emissões do DF são o transporte rodoviário, transporte aéreo e desmatamento ou remoção conforme política do governo. Sugeriu que se reunisse os modelos de mobilidade da SEMOB com o inventário de emissões de GEE.

A Lucijane comentou que não se pode separar mobilidade de mudança climática e que os dois temas têm que trabalhar juntos. Destacou a má qualidade do transporte público e da qualidade do ar no DF. Disse que o automóvel é um dos grandes responsáveis pelas emissões de CO2. Informou que tem um trabalho na universidade sobre Índice de Qualidade do Transporte – IQT e que essa ferramenta pode incluir indicadores que vão refletir se o transporte adotado vai em direção aos planos de mitigação e adaptação. Disse que essa ferramenta pode ser disponibilizada para ajudar na obtenção de dados.

Dando Prosseguimento, a Presidente pediu que o Miguez apresentasse sobre o MRV de mitigação e adaptação (MRV baseado em transporte e plano ABC).

Seguindo com a pauta da reunião, a Presidente informou que ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP26 e que o DF foi representado pelo secretário Sarney Filho e pela assessora Adriana Mandarino. Pediu que a Adriana fizesse uma apresentação sobre o que ocorreu nessa conferência (DF na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – COP26).

A Adriana informou que a intenção do DF, na participação dessa conferência, era mostrar todo o avanço que já foi feito na questão de mudança do clima. Destacou a importância da câmara técnica e da participação das instituições para avançar nessa questão.

O Thiago informou que a conferência estava dividida em três pontos: processo de regulamentação e negociações das decisões, exposição de novas tecnologias e eventos paralelos. Comentou que a participação do GDF foi de ações concretas com estudos vinculados a vulnerabilidade de emissões e ao plano de mitigação. Nas discussões das metas, disse que foi modificado a Contribuição Nacionalmente Determinada – NDC, um novo número sobre as metas vinculadas ao acordo de Paris. Comentou que a conferência implementou uma medida de transparência que obriga os países apresentarem seus dados de maneira bienal seguindo um conjunto de regras destelhadas. Disse que essa transparência vai afetar o trabalho da operacionalização do sistema de MRV e também da implementação da Contribuição Distritalmente Determinada – CDD. A transparência vai fazer que o governo federal apresente seus dados com relação as emissões e ao fluxo financeiro que tem recebido do exterior. Outro ponto discutido foi o mercado de carbono onde os países poderão comercializar créditos de carbono entre si.

O Miguez corroborou com os dizeres do senhor Thiago. Informou que a conferência repassou a responsabilidade, de diminuir as emissões de GEE, apenas para os países em desenvolvimento. Disse que os países em desenvolvimento não conseguiram diminuir as emissões porque eles não vão ter recursos, financiamentos para fazer mitigação.

A Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

MARÍLIA MARRECO CERQUEIRA

Secretária Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Presidente da CT de Clima/CONAM-DF